

# Senadores passarão a ganhar

## 2 milhões

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem decreto legislativo que concede aumento de 37,88% aos senadores e funcionários da Casa, o que criou uma situação delicada em relação aos deputados. A Câmara concedera o mesmo aumento a seus servidores, mas não aos deputados. A decisão criou situação inédita, pois os senadores ganharão mais do que os deputados, embora a Constituição determine que ganhem "idêntica remuneração" — os senadores passarão a receber Cr\$ 2.164.716. Contudo, a aprovação do decreto convalidou os efeitos da Medida Provisória 296 rejeitada pelo Congresso na quarta-feira e os servidores públicos não terão que devolver os valores correspondentes aos aumentos de salários recebidos em maio e junho, com a edição da MP.

O reajuste dos funcionários e parlamentares do Senado gerou polêmica no plenário do Congresso. Os senadores chamavam os deputados de demagogos e os deputados classificavam a atitude do Senado como uma demonstração de "inabilidade política".

— Os senadores não tiveram sensibilidade política. É um desastre para nós aprovarmos o nosso aumento, quando derrubamos uma medida que concedia aumentos ao funcionalismo. Isso é um desastre político — afir-



Humberto Lucena e Marco Maciel conversam durante sessão no Senado

mou o Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP).

— É uma vergonha. Nós rejeitamos o aumento do funcionalismo. Agora, damos aumentos para nós mesmos, fechamos a porta e vamos para casa. Não pode. É um absurdo — afirmou o

Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Do outro lado do plenário, Genoíno e Luís Eduardo recebiam críticas. Os Senadores Meira Filho (PFL-DF) e Dario Pereira (PFL-RN) manifestavam sua indignação contra os deputados

para o Senador Moisés Abrão (PDC-TO), uma das maiores fortunas do Estado. Abrão, indiferente aos problemas dos colegas se limitou a ouvir.

— O que a Câmara fez foi de magia. Todo mundo sabe que o nosso salário está baixo. Eles ficam com medo da imprensa. Nós não temos medo de ninguém e assumimos nossas dificuldades — disse Meira Filho.

O Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, lembrou que os deputados não foram aumentados, mas os servidores da Câmara não poderiam ser punidos:

— Não considero uma decisão incoerente. Não podíamos dar um reajuste diferenciado, como a Medida 296 propunha, pois ela foi rejeitada justamente porque a Câmara considerou que isso era inconstitucional. Mas o índice de 37% não foi aleatório. Fizemos um estudo e encontramos este índice como a média ponderada entre o menor e o maior aumento concedido pela MP, algo entre 30% e 125%.

Com relação à convalidação dos efeitos financeiros da MP 296, as críticas dos senadores aos deputados variavam desde a afirmação de que o decreto é inconstitucional até a incoerência de regular atos rejeitados pelo Legislativo. Mas a matéria foi aprovada por unanimidade, porque a rejeição implicaria o ônus político de prejudicar os servidores civis e militares.

Telefoto de Josemar Gonçalves